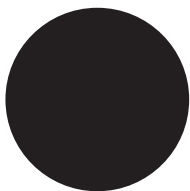


DIVERSO E PROSA



Jean-Jacques Rousseau: uma dupla comemoração

Sílvio Gallo*

O ano de 2012 possui certamente suas marcas, mas duas delas são de especial importância para esta revista. Completaram-se, nesse ano, o tricentenário de nascimento do filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau, bem como os 250 anos da publicação de seu famoso tratado educacional que, de tão revolucionário, seria queimado em praça pública: *Emílio, ou Da Educação*.

Muitas foram as homenagens que aconteceram ao longo do ano por todo o mundo, em especial na Suíça, seu país de nascimento, e na França, seu país por adoção, mas diversos eventos também foram realizados aqui no Brasil. No caso da *Pro-Posições*, nossa singela homenagem ao filósofo é a publicação da tradução de duas pequenas cartas, uma de 1758 e outra de 1762 (ano da publicação de *Emílio*), que, a nosso ver, são indicativas de sua vida e de seu pensamento. As traduções foram feitas especialmente para publicação nesta edição.

Rousseau nasceu em Genebra, em 1712. Perdeu a mãe logo após o nascimento e teve uma infância difícil. Quando tinha dez anos de idade, o pai precisou deixar a Suíça. Na juventude, aprende música e acaba tornando-se professor de música, dentre outras atividades que realiza para ganhar a vida. É o envolvimento com a música que o aproximará, mais tarde, da intelectualidade parisiense, sendo convidado por Diderot a escrever os verbetes sobre música para a *Enciclopédia*. Em 1740 teve sua experiência com a educação em sentido mais geral, ao aceitar ser preceptor dos dois filhos do senhor de Mably, na cidade de Lyon. Essa experiência durou apenas um ano, mas rendeu-lhe a redação do *Projeto para a educação do senhor de Sainte-Marie*, um primeiro esforço intelectual de pensar a educação da infância e seus processos.

A década de 1750 foi uma das mais produtivas em sua ati-

* Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, SP, Brasil. gallo@unicamp.br.

vidade intelectual. Após vencer o concurso da Academia de Dijon com seu *Discurso sobre as ciências e as artes* (*Discours sur les sciences et les arts*), em 1750, escreve e publica várias obras, como o famoso *Discurso sobre a origem da desigualdade* (*Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*), em 1755, e o romance *A nova Heloisa* (*Julie ou la Nouvelle Héloïse*), em 1760. No ano em que completou 50 anos, 1762, publicou duas de suas mais importantes obras: *O contrato social* (*Du contrat social ou Principes du droit politique*), impresso na Holanda, é publicado em abril; *Emílio* (*Émile ou De l'éducation*), impresso em Paris, é publicado em maio. O primeiro foi proibido na França; o segundo, denunciado na Sorbonne, provoca a condenação pelo Parlamento: o livro, a ser queimado; e o autor, a ser preso. Rousseau planeja refugiar-se em Genebra, mas também ali os dois livros são condenados à fogueira. Ele acaba, então, refugiando-se em Neuchâtel.

Nos próximos anos, Rousseau passará por vários locais, inclusive a Inglaterra, onde é hospedado por Hume, só retornando à França em 1767. Continua a escrever e ganha a vida copiando partituras musicais. Escreve algumas obras em que reavalia seu trabalho e a si mesmo, como *Rousseau, juiz de Jean-Jacques* (*Rousseau juge de Jean-Jacques ou Dialogues*) e suas *Confissões* (*Les Confessions*), cuja leitura pública nos salões de Paris foi proibida em 1771. Cada vez mais, se afasta da vida social. Nos seus últimos anos de vida, vivendo no campo, dedica-se à redação dos *Devaneios do caminhante solitário* (*Rêveries du promeneur solitaire*), obra que fica inacabada. Em 1778, instala-se em Ermenonville, onde falece, em dois de julho.

Sabemos que a produção teórica de Rousseau foi polêmica. Vivendo no “século das luzes”, próximo aos iluministas da *Encyclopédie*, o genebrino defendia a importância da emoção no pensamento, para além da pura razão. Mas o que faria das duas obras publicadas aos 50 anos, em 1762, tão incômodas a ponto de serem proscritas e queimadas?

Não cabe nesta rápida homenagem uma análise de sua produção e de seu pensamento. Limito-me a apontar que *O contrato social* e o *Emílio*, separadamente ou em conjunto, são, cada um a seu modo, um ataque aos fundamentos do Estado e da Igreja. São um abalo na ordem instituída. Tanto que, após a Revolução, em 1794, já instaurada uma nova ordem social, seus restos mortais são transferidos de Ermenonville para o Panteão, em Paris, lugar de homenagem aos grandes homens da nação francesa, sendo seu esquife colocado frente ao de seu maior crítico, Voltaire. Os dois filósofos, ácidos críticos do *Ancien Régime*, são considerados pais da moderna pátria francesa.

Mas fiquemos com algumas breves considerações sobre o *Emílio*. Ainda no Prefácio, Rousseau afirma que não se conhece a infância, afirmando que a educação das crianças é feita enxergando-se nelas o adulto. Não há uma preocupação em conhecê-las, em saber o que e como elas são capazes de aprender. Assim, o *Emílio*, além de obra de Filosofia da Educação, é também obra fundadora da moderna Psicologia da infância. Se muito do que Rousseau trabalhou ali foi depois revisto, adaptado, mais bem desenvolvido, é certo que ele inicia um movimento que revolucionou a educação moderna.

O Livro I é aberto com a seguinte advertência:

Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos de outra. Mistura e confunde os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem; é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore de seu jardim. (Rousseau, 1995, p. 7).

Veem-se, já nessa abertura, a força e a polêmica da obra: é contra a educação instituída que Rousseau se dirige. Contra uma educação de massas que se foi configurando na modernidade, que não se preocupava em conhecer as crianças, seus anseios, suas necessidades, seus desejos, mas buscava moldá-las, assim como se moldam os animais domésticos e os animais de carga adaptados ao trabalho. E isso por conta de interesses humanos, sempre escusos, que se colocam por cima da obra da natureza. E também neste parágrafo de abertura se prenuncia aquilo que seria desenvolvido ao longo dos cinco livros e das 700 páginas seguintes: os princípios e os métodos de uma educação conforme a natureza.

O projeto de Rousseau é aquele de uma educação que não interfira na natureza, mas que seja feita segundo a natureza da criança. Em certo sentido, então, é uma “educação negativa”, na medida em que nada impõe, mas acompanha e fornece elementos e condições para o desenvolvimento natural da criança. Não se trata, assinala o filósofo, de ensinar a virtude, mas de resguardar o coração do erro e do vício, uma vez que a virtude já ali está. Se não houver interferência do homem, que tudo destrói ao modelar a seu jeito, a virtude florescerá e formará um ser humano justo.

É bem conhecida a afirmação rousseauiana de que possuímos três mestres, na medida em que somos educados pela natureza, pelas coisas e pelos seres humanos. Ora, não temos qualquer controle sobre aquilo que nos ensina a natureza e aquilo que nos ensinam as coisas e devemos, então, seguir seu fluxo. Só temos controle sobre o terceiro mestre, o ser humano, mas é justamente ele que age em contrariedade com a natureza das crianças e as deturpa. É, pois, a esse que se dirige esse tratado de educação – o *Emílio* –, com o projeto de interferir o menos possível no fluxo natural dos dois outros mestres.

Mas essa educação do indivíduo tem um caráter eminentemente social. Para Rousseau, o ser humano está maduro por volta dos 25 anos de idade. É então que, moral e plenamente formado, pode cessar seu processo formativo, abrindo espaço para aqui-

lo que ele denomina o “triunfo da vontade livre”. Esse indivíduo pode, então, gozar do convívio social, sem ser corrompido por outros seres humanos. Ele já é plenamente capaz de dirigir sua vida e de exercer um poder transformador naqueles com que convive. Por essa razão, não são poucos os estudiosos de Rousseau que advogam que o *Emílio* deve ser lido em conjunto com *O contrato social*, pois assim teríamos conjugado o duplo esforço de formar o ser humano e formar o cidadão. Não seria qualquer acaso, então, o fato de as duas obras terem sido publicadas praticamente ao mesmo tempo. É pelo processo educativo que se pode interferir positivamente na sociedade, visando a sua transformação.

Apesar e para além da perseguição que sofreu na França e em Genebra, esse livro-bomba produziu seus efeitos. Kant o leu e orientou por ele seus cursos sobre pedagogia na Universidade de Königsberg nas décadas de 1770 e 1780. Pedagogos como Froebel e Pestalozzi dedicaram-se a produzir uma metodologia de trabalho escolar a partir da filosofia educativa de Rousseau. E poderíamos encher páginas com os efeitos produzidos por esse livro de 250 anos...

Como afirmei no início, decidimos homenagear Rousseau com a publicação de duas cartas, do conjunto de sua imensa correspondência, que está publicada em muitos volumes. Escolhemos duas cartas curtas, que dialogam com temas do *Emílio*, ao mesmo tempo que nos apresentam o ser humano Jean-Jacques Rousseau.

A primeira carta não tem data específica, mas é do ano de 1758, quando Rousseau tinha 46 anos e já era bastante conhecido. Morando em Montmorency, ele responde a um jovem que havia lhe escrito afirmando querer para ali se mudar e poder estudar com ele. Rousseau procura dissuadir o jovem, dizendo que permaneça em Paris, ou então que vá viver no campo, junto a sua família, pois ali teria muito mais a aprender. Afirma Rousseau, como apareceria alguns anos depois no *Emílio*, que os princípios da moral não devem ser buscados longe, uma vez que estão ali mesmo, em seu coração. A virtude não é ciência que se aprenda;

basta querer ser virtuoso. E completa: em lugar de dedicar-se a uma vida contemplativa, que nada mais é do que a “preguiça da alma”, que ele se dedique à ação, pois o homem foi feito para agir.

A segunda carta, muito curta, dirigida ao Sr. de la Poplinière, é datada de 08 de junho de 1762, pouco depois da publicação do *Emílio*, portanto, e talvez já com notícias de sua condenação. Um Rousseau aparentemente deprimido afirma que os livros não podem corrigir os homens, mas que ele os escreve para satisfazer seu coração, homenageando a verdade. Afirma que nada mais tem a dizer e que se cala. Diz-se feliz se, caindo na obscuridade que lhe convém, puder ter um lugar na lembrança de seu interlocutor.

As duas cartas, lidas juntas, mostram-nos o ser humano Rousseau, um pensador que exercita a razão com o coração, que pensa e que sofre. Um filósofo que não contempla, mas que vive e age. Um homem público que diz (escreve) o que pensa, em seus livros e em suas cartas, sem o temor de magoar, mas rendendo sempre homenagem à verdade e a si mesmo. Duzentos e cinquenta anos depois, podemos reafirmar que os livros não corrigem os homens; se isso bastasse, já estaríamos mais do que “corrigidos”. Mas, se não nos corrigem, eles se colocam como interlocutores, como possibilidades de pensamento e de ação. Muito se agiu com Rousseau e contra ele, nestes dois séculos e meio. Mas, longe da obscuridade que desejava, ele está na lembrança de muitos que com ele travaram contato por meio de seus livros. E os desafios que ele lançou a si mesmo e a seus contemporâneos continuam a nos fazer pensar e a nos desafiar ainda hoje.

Referência bibliográfica

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio, ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.